



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N° 189 /2020

PROTOCOLADO SOB N° 1304 /2020

EM 28/02/20

ATA	
EXPEDIENTE	/ 2020
ACEITO EM	/ 2020
APROVADO EM	/ 2020
REJEITADO EM	/ 2020
ARQUIVO	

“Autoriza a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas no Município do Rio Grande e revoga a Lei nº 5225, de 13 de maio de 1998 e a Lei nº 5514, de 01 de junho de 2001.”

Art. 1º Fica autorizada a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas no Município do Rio Grande.

Parágrafo único. A adoção de que trata esta Lei não altera a natureza de bem público e dos verdes complementares e se dará sem prejuízo da função do Executivo Municipal de administrá-los e fiscalizá-los.

Capítulo I

Das Normas Gerais

Art. 2º A adoção de que trata esta Lei será regida pelos princípios da supremacia do interesse público e da publicidade e pela promoção da participação da sociedade na gestão ambiental, bem como será, em cada caso, fruto de análise de conveniência e oportunidade do Executivo Municipal, orientando-se pelos seguintes objetivos:

- I- preservação da vocação e da finalidade pública dos equipamentos públicos;
- II- ampliação da utilização dos equipamentos públicos pela população;

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N° _____/2020

PROTOCOLADO SOB N° _____/2020

EM _____/_____/____

EXPEDIENTE	/	/2020	ATA
ACEITO EM	/	/2020	
APROVADO EM	/	/2020	
REJEITADO EM	/	/2020	
ARQUIVO			

III- promoção de melhorias nos equipamentos públicos; e

IV- desoneração dos cofres públicos, com respeito ao interesse público.

Art. 3º Para os fins desta Lei consideram-se equipamentos públicos, dentre outros:

- I- praças;
- II- parques urbanos;
- III- passarelas;
- IV- logradouros;
- V- passeios;
- VI- fachadas de prédios públicos;
- VII- monumentos;
- VIII- viadutos e pontes;
- IX- equipamentos esportivos;
- X- empenas cegas de prédios públicos; e
- XI- rótulas.

Parágrafo Único. O Executivo Municipal, por meio de decreto, poderá regulamentar outros equipamentos públicos passíveis da adoção de que trata esta Lei.

Art. 4º Para os fins desta Lei consideram-se verdes complementares os pequenos terrenos remanescentes de desapropriações, os taludes, as áreas vinculadas ao sistema viário, tais como os canteiros centrais de ruas e avenidas, as rotatórias e os canteiros laterais, e outras áreas aptas a serem vegetadas, porém inadequadas a receber equipamentos de lazer ou suporte.

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N° _____/2020

PROTOCOLADO SOB N° _____/2020

EM _____/_____/____

ATA	
EXPEDIENTE	/2020
ACEITO EM	/2020
APROVADO EM	/2020
REJEITADO EM	/2020
ARQUIVO	

Art. 5º A adoção de equipamento público ou verde complementar dar-se-á:

- I- de forma integral, quando abranger a totalidade do equipamento público ou verde complementar; ou
- II- de forma parcial, quando abranger somente espaços ou recantos do equipamento público ou do verde complementar.

§1º Fica permitida a adoção de mais de um equipamento público ou verde complementar por um mesmo interessado.

§2º Fica permitida a adoção de equipamentos público ou verde complementar por grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas ou de maneira isolada e conjunta.

§3º A adoção, em qualquer de suas modalidades, poderá ser ajustada:

- I- por meio de execução direta das medidas de conservação, manutenção e melhorias por parte do adotante ou de prepostos por ele indicados; ou
- II- por meio da adoção regular de recursos ao erário, com destinação específica para fundo público sob administração do órgão ou da responsável pela gestão do equipamento ou verde complementar.

§4º Fica permitida a adoção de equipamento público ou verde complementar visando especificamente à eliminação de foco de lixo na área escolhida pelo adotante ou designada pelo Executivo Municipal, caso em que haverá rol de obrigações e procedimentos de conservação, manutenção, restauro e aproveitamento a ser regulamentado pelo Executivo Municipal.

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N° _____/2020

PROTOCOLADO SOB N° _____/2020

EM _____/____/____

EXPEDIENTE	/	/2020	ATA
ACEITO EM	/	/2020	
APROVADO EM	/	/2020	
REJEITADO EM	/	/2020	
ARQUIVO			

lucrativos e de interesse público, que não envolvam atividades comerciais ou divulgação de produtos, sendo permitida a veiculação da identificação do adotante no evento.

§4º A menos que estejam detalhadamente descritos no Termo de Adoção, a realização das atividades institucionais e dos eventos dependerá de requerimento específico e de anuência prévia do órgão ou entidade municipal competente, na forma prevista na regulamentação desta Lei e no respectivo Termo de Adoção.

§5º Considerando a magnitude da doação ou adoção formalizada, na forma do regulamento, poderá ser previsto tratamento diferenciado ao adotante para realização de eventos de publicidade ou promoção, precedido de análise do órgão ou da entidade responsável pela gestão do equipamento ou verde complementar, a quem caberá autorizar a solicitação.

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO PARA ADOÇÃO E DO TERMO DE ADOÇÃO

Art. 7º O procedimento de adoção poderá ser iniciativa do Executivo Municipal ou iniciado por manifestação de particular interessado.

§1º Observadas às características da área a ser adotada, e para garantir a promoção efetiva da segurança pública e o acesso digital gratuito em praças e parques, o edital de chamamento poderá priorizar as propostas que contemplem a qualificação da iluminação pública, a qualificação e a ampliação dos equipamentos de segurança, como guaritas e câmeras de vigilância, a expansão dos meios de acesso à internet, sempre sob gestão exclusiva do adotante, ou que prevejam a revitalização, a doação de equipamentos ou realização de obras.

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N° _____ /2020

PROTOCOLADO SOB N° _____ /2020

EM ____/____/____

ATA	
EXPEDIENTE	/ 2020
ACEITO EM	/ 2020
APROVADO EM	/ 2020
REJEITADO EM	/ 2020
ARQUIVO	

§2º Em caso de equipamentos públicos ou verdes complementares tombados, as intervenções físicas que dependam de licenciamento ficarão condicionadas à autorização do órgão competente.

Art. 8º Para a formalização da adoção, o órgão ou a entidade municipal competente e o adotante deverão firmar Termo de Adoção, que deverá conter, no mínimo, as seguintes disposições:

- I- delimitação do objeto;
- II- prazo de vigência;
- III- obrigações assumidas pelo adotante e pelo Município de Rio Grande;
- IV- estimativa de valores investidos pelo adotante;
- V- plano de trabalho; e
- VI- contrapartidas conferidas ao adotante.

§1º O órgão ou entidade competente para a adoção comunicará o conselho municipal correspondente dos Termos de Adoção firmados sobre equipamentos públicos que lhe digam respeito.

§2º A adoção de monumento será objeto de instrumento próprio e específico, devendo ser elaborado Termo de Adoção de Monumento, no qual constará rol de obrigações e procedimentos de conservação, manutenção e restauro, em conformidade com a regulamentação desta Lei.

§3º O adotante deverá identificar a existência de áreas de preservação permanente nos casos de adoção de praças, parques ou verdes complementares, podendo cercá-las, caso em que

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N° _____/2020

PROTOCOLADO SOB N° _____/2020

EM ____/____/____

		ATA
EXPEDIENTE	/	/2020
ACEITO EM	/	/2020
APROVADO EM	/	/2020
REJEITADO EM	/	/2020
ARQUIVO		

essas áreas deverão ser reservadas para a preservação da biodiversidade local, nos termos definidos pelo Executivo Municipal.

§4º O adotante de parques urbanos poderá promover atividades de educação ambiental, de cuidado e de integração social entre a comunidade e seus usuários.

Art. 9º O Executivo Municipal dará ampla publicidade aos procedimentos, às propostas de adoção e aos Termos de Adoção celebrados, que deverão constar do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Art. 10º A adoção será fiscalizada pelo órgão ou pela entidade municipal a que estiver vinculada o equipamento público ou verde complementar, que poderá revogar ou rescindir o Termo de Adoção.

Art. 11º A adoção terá o prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, a critério do órgão ou entidade municipal competente, observado o desempenho prévio do adotante na execução de suas obrigações.

Parágrafo Único. Em caso de prorrogação, o plano de trabalho e as contrapartidas estabelecidas poderão ser revistos.

Capítulo III

DA DOAÇÃO DE SERVIÇOS E MELHORIAS

Art. 12º Fica permitida a doação de serviços relativos à manutenção e à conservação, sem o caráter continuado que caracteriza a adoção, fazendo jus à divulgação de sua identidade durante o período em que os serviços estiverem sendo realizados, conforme regulamento próprio, e mediante autorização do órgão ou entidade responsável pela gestão do equipamento público ou verde complementar.

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N° _____/2020

PROTOCOLADO SOB N° _____/2020

EM ____/____/____

ATA	
EXPEDIENTE	/2020
ACEITO EM	/2020
APROVADO EM	/2020
REJEITADO EM	/2020
ARQUIVO	

Art. 13º Fica permitida a doação de obras e equipamentos com finalidade de implementação de melhorias ou revitalização dos equipamentos públicos ou verdes complementares, fazendo jus o doador à divulgação de sua identidade no espaço revitalizado ou equipamento doado na forma do art. 6º, inc. I, desta Lei durante período não superior a 2 (dois) anos, conforme previsto no Termo de Doação, o qual conterá os elementos mínimos previstos no art. 8º desta Lei.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º Quando a adoção ou doação implicar substancial revitalização ou melhoria do equipamento público ou verde complementar, será permitida, em acréscimo às contrapartidas de que trata o art. 6º desta Lei, a instalação de identificação comemorativa às melhorias implementadas.

§1º A identificação deverá conter a data da implementação o tipo de intervenção e a identificação das pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela revitalização ou melhoria.

§2º A autorização para a instalação de identificação competirá ao órgão ou à entidade municipal a que estiver vinculado o equipamento público, que definirá, também, as dimensões da identificação, que estarão compreendidas entre o tamanho mínimo de 210 mm (duzentos e dez milímetros) por 297 mm (duzentos e noventa e sete milímetros) e máximo de 297 mm (duzentos e noventa e sete milímetros) por 420 mm (quatrocentos e vinte milímetros).

Art. 15º Ficam permitidas a adoção ou a doação de áreas destinadas ao entretenimento infantil ou à recreação de animais domésticos, podendo ser realizado o cercamento desses espaços, mediante avaliação do órgão ou da entidade responsável pelo equipamento público ou verde complementar.

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI N ____/2020

PROTOCOLADO SOB N° ____/2020

EM ____/____/____

		ATA
EXPEDIENTE	/	/2020
ACEITO EM	/	/2020
APROVADO EM	/	/2020
REJEITADO EM	/	/2020
ARQUIVO		

Art. 16º O plantio de árvores ou de plantas ornamentais no local adotado, bem como quaisquer outras intervenções, deverá ser autorizado pelo órgão competente e respeitar as orientações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 17º Fica o adotante obrigado a observar o projeto acordado com a Secretaria Municipal responsável pela área competente, bem como a realizar a manutenção da acessibilidade já existente ou sua ampliação.

Art. 18º O Executivo Municipal regulamentará o dispositivo nesta Lei por meio de decreto, devendo indicar o órgão ou a entidade municipal responsável pelos procedimentos e fiscalização das adoções de equipamentos públicos ou de verde complementar.

Art. 19º Finda a vigência do Termo de Adoção por qualquer motivo, as melhorias dele decorrentes passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito de retenção ou indenização, devendo o adotante efetuar a retirada de seus elementos identificadores no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 20º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º Ficam revogadas as Leis nº 5225 de 13 de maio de 1998 e Lei nº 5514, de 01 de junho de 2001.



Filipe Branco
Vereador do MDB



Lú Compiani Branco
Vereadora do MDB

VISTO

Presidente

11/5